

10 a 14 de dezembro de 2007 - Nº 32

O Senado Federal e a responsabilidade fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) aprovou, no último dia 4, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 611/2007-Complementar, que altera a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e introduz novos controles fiscais de gastos com pessoal e dívida da União. A matéria será, ainda, analisada pelo Plenário da Casa.

A proposição limita o aumento dos gastos com pessoal, entre 2007 e 2016, ao índice de inflação, medida pelo IPCA, mais 2,5%. O dispositivo aprovado, no presente cenário, é mais restritivo do que o limite atual de aumento do gasto com pessoal, isto é, 10% de acréscimo da despesa do exercício anterior.

Na justificação do Projeto, evidencia-se a necessidade de maior controle dos principais agregados da despesa da União. Assim, vale observar os números da evolução dos gastos federais com pessoal e encargos nos anos seguintes ao da edição da LRF.

Entre 2001 e 2006, houve um aumento anual médio de 10% nos gastos com pessoal da União. Quanto às despesas com terceirizações de mão-de-obra, o crescimento anual médio foi de 18%, levando-se em conta o mesmo período.

Esses percentuais, avaliados comparativamente, ensejam uma discussão mais ampla sobre as políticas de terceirização nos serviços públicos.

Outra novidade da proposição é o teto para o endividamento líquido da União, equivalente a 3,5 vezes a arrecadação corrente líquida. Convém lembrar que, por determinação constitucional, são de competência privativa do Senado as matérias referentes ao endividamento dos entes federativos, materializadas por meio de Resoluções desta Casa.

No tocante ao endividamento, os gastos com juros e encargos da dívida federal, entre 2001 e 2006, aumentaram a uma taxa média anual de 13%, ante o crescimento do estoque da dívida pública de cerca de 12% ao ano.

A trajetória desses indicadores, quando comparada ao crescimento da economia, é um importante sinalizador macroeconômico para os agentes tomadores de decisão, razão pela qual, a discussão de tetos para endividamento ganha relevo adicional.

A imposição de novos limites aos gastos com pessoal e ao endividamento governamental remetem a outras temáticas, como a possibilidade de redução da carga tributária e do incremento da poupança nacional, abrindo espaços para os investimentos privados.

Essa proposição evidencia, portanto, o destacado papel que o Senado Federal exerce para o exercício da responsabilidade fiscal, assim como a disposição da Casa em contribuir para o aperfeiçoamento desse instituto.